

INDICE

Acrónimos	2
1. Introdução	3
2. Contextualização	3
3. Gestão de Finanças Públicas	
3.1. <i>Planificação</i>	4
3.2. <i>Execução (Procurement, e-SISTAFE, Receitas)</i>	5
3.3. <i>Controlo Interno e Externo</i>	7
4. Descentralização	
4.1. <i>Desenvolvimento Autárquico</i>	8
4.2. <i>Desenvolvimento Distrital</i>	9
4.2.1 <i>Participação Comunitária</i>	10
4.2.2. <i>Assuntos Relacionados com o OIIL</i>	11
5. Participação da Sociedade Civil ao Nível da Província	11
6. O papel do sector Financeiro no Desenvolvimento Económico Local	12
7. Recomendações	13
Anexo I – Visita em Niassa	
Ia Lista de Participantes	16
Ib Programa da Visita	17
Anexo II – Visita em Capo Delgado	
IIa Lista de Participantes	18
IIb Programa da Visita	19
Anexo III – Termos de Referencia das Visitas	

ACRONIMOS

CCD	Conselho Consultivo Distrital
DPA	Direcções Provinciais da Agricultura
DPPF	Direcção Provincial de Planificação e Finança
ETD	Equipa Técnica Distrital
FDD	Fundo Distrital de Desenvolvimento
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
OE	Orçamento do Estado
OIIL	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
PARPA II	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PEDD	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Distrito
PESOD	Plano Económico Social e Orçamento do Distrito
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TA	Tribunal Administrativo
UFSA	Unidade Funcional da Supervisão de Aquisições
UGEAs	Unidades Gestoras e Executoras das Aquisições

1. Introdução

Uma das constatações da Revisão Conjunta 2007 indicou que a afectação estratégica de recursos para alcançar uma melhor equidade regional e uma ligação mais estreita aos resultados preconizados no PARPA II, aliada à prestação eficiente de serviços, são dois objectivos fundamentais que merecem maior atenção.

A criação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) constitui no nosso entender uma das facetas da referida afectação estratégica de recursos que poderá contribuir para o alcance dos referidos resultados preconizados no PARPA II. No entanto, a Gestão das Finanças Publicas, a nível provincial e distrital, são, associadas ao desenvolvimento dos sectores produtivos locais, constituindo factores cruciais para a melhoria da eficiência e efectividade do OIIL.

Neste sentido, baseado na percepção comum de que a Revisão Conjunta deveria progressivamente integrar uma vasta gama de opiniões, particularmente do nível local (provincial e distrital) da Administração do Estado, o Governo de Moçambique e os parceiros de cooperação elaboraram um programa de visitas aos distritos cujos fundamentos se circunscrevem nos seguintes termos.

2. Contextualização

A percepção sobre os problemas que constroem o desenvolvimento do país através do contacto directo com os factores políticos, económicos e sociais ao nível da província e do distrito, constituem factores essenciais para a devida avaliação dos planos e programas de desenvolvimento ora em curso.

Neste sentido, as missões conjuntas entre o Governo e os Parceiros de cooperação às províncias e aos distritos são de capital importância visto que permitem a ocorrência do referido contacto directo e tornam mais realística a visão que as referidas missões e os doadores, no geral, têm sobre a realidade sócio económica do país.

De facto, as referidas missões representam, tanto para o Governo como para os parceiros, uma oportunidade para a partilha de informações com as instituições públicas e privadas locais acerca dos aspectos ligados ao desenvolvimento local e ao apoio programático, que possam retro alimentar o processo de definição de políticas e estratégias de desenvolvimento ao nível central.

Em preparação da Revisão Conjunta de 2009 foram contempladas as Províncias de Niassa e Cabo Delgado.

Os assuntos tratados durante estas missões podem ser organizados em quatro subtemas:

- **Gestão de Finanças Públicas;**
- **Descentralização;**
- **Participação da Sociedade Civil no Desenvolvimento;**
- **O papel do sector Financeiro no Desenvolvimento Económico Local.**

3. Gestão de Finanças Públicas

A componente da gestão de finanças públicas tem sido o cerne das visitas conjuntas, porque uma boa gestão é imprescindível para que os fundos públicos alcancem a população mais carenciada, de modo a reduzir os índices de pobreza. Nesta área concentramo-nos mais especificamente sobre:

3.1. Planificação

O processo de planificação na província é coordenado pela Direcção Provincial do Plano e Finanças (DPPF) e pelo Secretario Permanente ao nível Provincial e Distrital, respectivamente. A DPPF também tem a responsabilidade de assistir os distritos na sua planificação, fazendo capacitações prévias e dando instruções sobre o processo de planificação. No entanto, a interacção entre estes dois níveis de Governação é fraca, particularmente no que respeita a planificação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL). A título de exemplo, a maior parte do OIIL é destinado à Agricultura e às Direcções Provinciais da Agricultura (DPA), que também planificam acções para o distrito sem conhecimento sobre os projectos financiados pelo OIIL no sector da agricultura.

O Governo Provincial tem o papel de apoiar os Distritos nos processos de Planificação e Gestão das Finanças Públicas., e a planificação do distrito devia ter em conta as acções inscritas nos orçamentos províncias, cuja implementação é no distrito. Infelizmente, a comunicação entre os diferentes planos e fundos de desenvolvimento, nos diferentes níveis de governação não tem sempre sido eficaz.

Nos distritos a Planificação é feita pela Equipa Técnica Distrital, composta por técnicos dos diferentes Serviços Distritais, nalguns distritos a ETD é composta por técnicos ou por Directores dos Serviços Distritais, com fraca capacidade para planificar, notando-se uma grande necessidade de formação dos técnicos e directores e contratação de outros técnicos qualificados para o preenchimento do quadro do pessoal.

Verificamos com alguma preocupação o facto da ETD concentrar-se muito na selecção de projectos a serem financiados pelo OIIL, distanciando-se da sua tarefa de planificação estratégica e planificação da componente de Investimento Público. Há que esclarecer as administrações distritais sobre a importância da planificação estratégica para o desenvolvimento do distrito e que as orientações dos projectos do OIIL sejam no sentido de responder ao propósito de desenvolvimento do distrito.

Por outro lado, embora os Conselhos Consultivos Distritais (CCD) saibam distinguir entre reuniões ordinárias e extraordinárias, na prática demonstraram insuficiência dos conteúdos a debater-se nas respectivas reuniões. Tudo indica que as reuniões dos CCD têm mais enfoque na selecção de projectos a serem financiados pelo OIIL, em detrimento das definições de prioridades através do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e do Plano Estratégico pelo Desenvolvimento do Distrito (PEDD). Sendo que na, prática o envolvimento comunitário na planificação estratégica do Distrito é bastante limitado.

3.2. Execução (Procurement, e-SISTAFE, Receitas)

Ao nível das Províncias visitadas há poucos Distritos com e-SISTAFE, devido a ausência dos pré-requisitos (energia eléctrica contínua, sistema de comunicação e banco) para a instalação deste sistema de gestão financeira. Assim, os Distritos continuam a receber

adiantamentos de fundos. A contabilização no e-SISTAFE da utilização dos fundos é posteriormente feita pelas DPPF's. Contudo, tanto ao nível provincial como ao nível distrital, os funcionários são de opinião que o e-SISTAFE já trouxe uma melhoria no sentido de simplificar e acelerar de forma transparente a gestão das finanças.

Em relação aos fundos adiantados aos distritos, tem havido atrasos na justificação destes por parte de alguns serviços Distritais, facto que leva os serviços que já tenham justificativos a não acederem a recursos adicionais, pois os processos administrativos devem ser encerrados antes da solicitação de fundos adicionais e este exercício deve ser feito em simultâneo para todos os serviços. Os Distritos não estão devidamente informados sobre possíveis procedimentos para evitar estes atrasos, aliado ao facto das equipas provinciais da DPPF não prestarem apoio suficiente aos Distritos, através de visitas ao terreno.

No que concerne a colecta de receitas ao nível das Províncias, as DPPF's apoiam aos Distritos na identificação das fontes de receitas. Neste momento o nível de receitas próprias é baixo, por exemplo, a receita própria colectada durante um ano cobre apenas um mês de despesa sectorial. As principais fontes de receitas são, entre outros: o Imposto de Reconstrução Nacional; as taxas de exploração de mercados e recursos florestais e a taxa de bicicleta. Também a colecta é baixa em comparação com o orçamentado durante o primeiro semestre de 2008.

O fraco nível de colecta de receitas próprias tem a ver com uma base tributária estreita, a falta de mecanismos que incentivem os técnicos a colectar e registar mais receitas e a falta de sensibilidade na população sobre a utilidade e importância de impostos. A falta de sensibilidade das populações em relação a importância de pagar impostos, em parte é explicada pela falta de ligação entre o pagamento de impostos e o serviço prestado ao nível do distrito. Tem que haver transparência na colecta de impostos e na execução do orçamento. Isto permitiria as comunidades perceberem a importância de contribuírem para o seu próprio bem-estar. Assim, mais do que atitudes coercivas, um trabalho de sensibilização das populações sobre a importância de contribuir para o Orçamento do Estado, tal como a transparência e prestação de contas é imprescindível. Ao nível da Província já há alguns esforços no sentido de melhorar os níveis de colecta de receita, mas um apoio do nível

central seria necessário, particularmente na definição de medidas tendentes ao alargamento da base tributária. Há necessidade de estabelecer metas mais realistas para os distritos, definindo séries históricas que podem servir de base.

Uma outra área que merece esclarecimentos é a devolução da parte das receitas consignadas pertencentes aos Distritos, que por norma são entregues ao Tesouro Provincial para o devido registo, mas que devem retornar. Tem havido atrasos na devolução destas receitas, para além dos custos adjacentes a sua entrega a Província, particularmente nos Distritos onde não haja banco. As questões acima descritas constituem um desincentivo aos distritos para prestação de contas, e em alguns Distritos verificou-se que as receitas consignadas são consumidas na fonte e não são contabilizadas no e-SISTAFE.

É pertinente que a Administração Central estude formas mais eficientes de registo das receitas colectadas pelo Distrito, pois, há valores que se gastaria mais em transporte para o seu registo no posto fiscal mais próximo, no lugar de depositar na secretaria distrital.

Em relação ao Procurement, tanto ao nível provincial como o Distrital foram criadas UGEAs. Estas unidades já se beneficiaram de formação e apoio da UFSA, mas nem sempre funcionam. Ao nível dos distritos, as UGEAs têm dificuldades em implementar o decreto 24/2005 sobre Procurement devido principalmente a ausência de uma rede comercial e empreiteiros devidamente licenciados. A necessidade da atribuição dos vistos prévios pelo Tribunal Administrativo é tida como crucial nos atrasos verificados na aquisição de bens e serviços para o Estado.

3.3. Controlo Interno e Externo

Quanto ao controlo interno, nas províncias de Niassa e Cabo Delgado as DPPF's têm Organismos de Controlo Interno. Verificamos que ao nível dos diferentes sectores falta a noção, o que é controlo interno, daí que só ficam a espera apenas de auditorias externas.

Os sectores tem feito inspecções relacionadas com a sua actividade principal, por exemplo, a Educação faz inspecções pedagógicas. Inspecções e auditorias relacionadas com a utilização

de fundos públicos nos sectores são feitas pela unidade de controlo interno da DPPF ou pela IGF, não pela inspecção sectorial provincial. Entretanto, ao nível da Província de Niassa está prevista a criação de um Comité de Auditoria, o qual irá integrar elementos dos diferentes sectores e será subordinado ao Governador da Província. Enquanto não se cria este comité, a DPPF é responsável pelo acompanhamento das recomendações das auditorias ao nível dos sectores, tanto na Província, bem como nos Distritos. Há uma fraca noção do que seja controlo interno ao nível dos sectores, tanto nas províncias, bem como nos distritos. Dificilmente qualquer Distrito teria uma equipa indicada para realizar o controlo interno. As razões para tal não estão claras. Possivelmente a questão não foi bem percebida ou porque os Distritos não possuem pontos de vista claros sobre o que significa controlo interno e suas implicações.

Todos os Distritos visitados já tiveram uma auditoria do Tribunal Administrativo, mas nem todos receberam o respectivo relatório. Os Distritos que têm recebido os relatórios de auditoria do TA e as respectivas recomendações lamentam o facto destas não darem qualquer indicação sobre mecanismos com vista a implementar tais recomendações. Por exemplo, em Marrupa um dos problemas levantados pela auditoria do TA está relacionado com a ausência da conta de gerência. A constatação foi feita mas o Distrito não sabe a quem recorrer para sanar este problema, que passa pela capacitação do técnico de contas do distrito ou de contratação de outro.

4. Descentralização

O processo de descentralização de poderes e desconcentração de competências é um processo real no país, embora falte uma política de Descentralização que mostre como os dois modelos de descentralização (poder local e administração local) irão coabitar no futuro. Ao nível do país há diferentes níveis de implementação da agenda de descentralização e desconcentração, por exemplo, nem todos os distritos da Província de Niassa tem os seus primeiros PEDDs aprovados.

4.1. Desenvolvimento Autárquico

As autarquias têm autonomia administrativa e financeira, mas porque são Instituições Públicas devem prestar contas aos cidadãos e ao Estado. A prestação de contas aos cidadãos é feita através da Assembleia Municipal, órgão que representa os cidadãos. Mas nada garante que os membros da Assembleia Municipal fazem auscultação nas comunidades, pois não há alguma obrigatoriedade legal.

No que concerne a prestação de contas ao Tribunal Administrativo e Ministério das Finanças, alguns Municípios têm dificuldades em preparar as contas de gerência, devido a ausência de pessoal qualificado. Alguns Municípios visitados ainda não preencheram o seu quadro orgânico e dependem dos Fundos de Compensação Autárquica para pagamento de salários. A base tributária é muito pequena e não há eficiência na cobrança de impostos.

Quanto a implementação da Lei 33/2006, sobre transferência de competências para os Órgãos Autárquicos no que diz respeito ao domínio do equipamento rural e urbano, dos transportes e comunicações e empresas públicas nos sectores da água e da energia, verificamos que esta não está a decorrer, em parte devido a falta da sua divulgação.

4.2 Desenvolvimento Distrital

O distrito é tido como o pólo de desenvolvimento de Moçambique, onde a real transformação da economia deve ocorrer. Para responder ao seu desígnio, o distrito também é uma unidade orçamentária e deve ajudar o governo central a alcançar o objectivo de combate a pobreza. Mas este não é propriamente um processo fácil e, ademais é bastante novo e há muito por fazer. Um dos grandes desafios para o Distrito responder cabalmente as suas tarefas, passa pela capacitação institucional, tanto ao nível da Administração Pública, bem como, nos diferentes organismos que participam do processo de desenvolvimento naquela unidade territorial, por exemplo, a Sociedade Civil.

4.2.1 Participação Comunitária

As duas Províncias têm Conselhos Consultivos em todos os distritos, mas segundo a G20 a selecção de membros não obedeceu ao princípio democrático, sendo que na maioria dos casos o Administrador é que indicou os membros. Uma outra questão preocupante é a falta de clareza sobre o mandato dos CCD (se os membros são designados para um termo limitado ou é para um futuro eterno). Em Mandimba, Niassa, o Administrador teve que revitalizar o Conselho Consultivo por este não ter sido legitimado pelas comunidades.

De uma forma geral, os CCD participam do processo de identificação de prioridades para o desenvolvimento dos Distritos, mas, por um lado, este processo é influenciado negativamente pelo baixo nível de conhecimento e visão das comunidades. Nalgumas situações o Governo Distrital propõe os projectos a serem financiados pelo OIIL, violando o princípio de que as comunidades devem apresentar projectos. Por outro lado, onde as comunidades tenham maior capacidade de apresentar projectos, não há recursos suficientes para implementar a maior parte dos projectos propostos, facto que frustra os próprios CCD.

4.2.2. Assuntos Relacionados com o OIIL

A introdução do OIIL criou uma oportunidade para os distritos, de pela primeira vez, gerirem os seus próprios fundos. O instrumento levanta um grande debate e uma oportunidade de aprendizagem, para se determinar até que ponto a descentralização de fundos funciona.

Tratando-se de um desafio, há ainda muito que melhorar, por exemplo, a sociedade civil denunciou ao que chamou de criação de associações pré-fabricadas para aceder aos fundos do OIIL e que depois de dissolvem, uma situação também verificada pelas administrações distritais. Foi também verificado a falta de regras claras sobre as pessoas elegíveis para beneficiários dos fundos do OIIL para, por exemplo, evitar conflitos de interesse (poderá um funcionário do governo distrital ter acesso a estes fundos?).

Mas, por outro lado, algumas associações ou pessoas tidas como idóneas e, por conseguinte, elegíveis a aceder aos fundos do OIIL não o conseguem devido a falta de documentos de identificação. O sector da Justiça tem um forte papel neste aspecto.

Em alguns distritos existem dúvidas sobre quando durante o ano é que a comunidade pode apresentar projectos a serem financiados pelos fundos do OIIL. Será que os projectos têm que ser inseridos no PESOD para o ano seguinte, que é elaborado em Junho?

Outro assunto que merece mais atenção é a área geográfica onde projectos financiados pelos fundos do OIIL podem ser implementados. Encontramos administrações distritais que alegam que esses projectos só podem ser implementados fora os limites do município.

A falta de treinamento em gestão para os beneficiários dos fundos do OIIL é um problema. Existem projectos que começam bem, mas por falta de experiência e conhecimentos de gestão acabam sem sustentabilidade.

Em relação à monitoria e avaliação dos projectos financiados pelos fundos do OIIL e aconselhamento dado aos beneficiários, existem interpretações diferentes nos distritos. Num Distrito existe um conselho de avaliação e monitoria, que tenta fazer o acompanhamento dos projectos, noutros distritos não é feita uma monitoria.

O nível de reembolsos dos fundos do OIIL é fraco em todos os distritos visitados. Em alguns distritos a experiência mostrou que o reembolso é melhor quando se trata de pessoas singulares do que de associações.

5. Participação da Sociedade Civil ao Nível da Província

Em ambas Províncias visitadas existe um fórum da sociedade civil. A Sociedade Civil tem sido convidada a participar na discussão sobre os instrumentos de planificação do Governo. No entanto, falta-lhes capacidade para analisar a documentação proposta, uma vez que têm fraca capacidade de reter pessoal qualificado que poderia fazer tal trabalho. No geral, as organizações da sociedade civil não são financeiramente sustentáveis e dependem fortemente

da ajuda externa. A falta de recursos financeiros reduz as possibilidades para uma participação mais activa da sociedade civil.

Para além da fraca capacidade técnica da Sociedade Civil e a escassez de recursos, também constitui um entrave para o sucesso do diálogo com o Governo, os sucessivos adiamentos dos encontros, em particular do Observatório de Desenvolvimento.

6. O papel do sector Financeiro no Desenvolvimento Económico Local

Embora a presente missão não tenha tido muito enfoque sobre a relação entre o sector privado e o financeiro, foi possível colher algumas percepções sobre o assunto. De uma forma geral, o empresariado de pequena escala, característico dos Distritos, não tem tido fácil acesso aos recursos dos bancos ou instituições micro financeiras, onde existam. Isto porque estes últimos querem uma série de exigências que as pequenas e médias empresas não possuem, para além de cobrar taxas de juro elevadas.

Nestas circunstâncias o OIIL tem sido uma das fontes a recorrer. No entanto, o facto de não existirem medidas coercivas para a cobrança do crédito financiado pelo OIIL deixou uma imagem de que os fundos eram gratuitos, o que podiam não ser pagos. Este aspecto, aliado as baixíssimas taxas de juro (cerca de 5% ao ano), pode ser um forte desincentivo para o não estabelecimento do sector Financeiro nos Distritos.

O Governo já avançou com duas propostas sobre o orçamento de investimento de iniciativa local, uma de Guião de Procedimentos para a Implementação de Projectos de Geração de Emprego e Produção de Alimentos a nível Distrital e outra de Constituição e Funcionamento do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD).

7. Recomendações

As visitas as Províncias não tem como finalidade a produção de conclusões sobre os processos verificados no terreno, mas sim, uma reflexão sobre as várias questões verificadas. Desta missão podemos destacar as seguintes grandes constatações e sugestões para melhorar os processos de desenvolvimento nos diferentes níveis de governação:

(Sub) Temas	Constatações	Sugestões
Gestão de Finanças Públicas 1. Planificação	<ul style="list-style-type: none"> • As Equipas Técnicas Distritais (ETD) são compostas por técnicos com pouca capacidade para a planificação; • As ETDs concentram-se na selecção de projectos e não na planificação estratégica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar os técnicos em matérias de planificação descentralizada e contratar outros para preencher o quadro de pessoal; • Esclarecer as Administrações distritais sobre a importância da planificação estratégica;
Gestão de Finanças Públicas 2. Execução	<ul style="list-style-type: none"> • Falta clareza sobre os procedimentos para evitar atrasos nos desembolsos; • Tanto os Municípios como os distritos têm uma fraca base tributária, o que os torna dependentes de transferências do nível central, mesmo para o funcionamento; • Verificam-se atrasos nos processos de Procurement devido a demora na atribuição do visto pelo Tribunal Administrativo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Prover os distritos de informação (manual) sobre o uso do e-SISTAFE; • Apoiar os Distritos e Municípios na identificação de fontes de receitas; • Acelerar o processo do visto do Tribunal Administrativo ou identificar possíveis alternativas ao visto; • Priorizar distritos que nunca tiveram PPF na capacitação de recursos humanos, em particular na aplicação da Lei 09/2002 e do Reg 23/2004 (SISTAFE) e do Decreto 54/2006 (Procurement);

<p>Gestão de Finanças Públicas 3. Controlo Interno e Externo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Há uma fraca noção do que possa ser controlo interno; • Distritos enfrentam dificuldades para implementar as recomendações da auditorias; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os mecanismos de controlo interno nas instituições do Estado, tanto ao nível da província, bem como nos distritos; • Esclarecer o papel das inspeções sectoriais provinciais em relação à auditoria interna e controle interno.
<p>Descentralização 1.Desenvolvimento Autárquico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquias com dificuldade para preparar documentação para prestação de contas ao Tribunal Administrativo (ex: conta de gerência); 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar o pessoal técnico;
<p>Descentralização 2.Desenvolvimento Distrital - participação comunitária</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A participação comunitária nos processos de planificação e monitoria das acções do Governo é comprometida pela fraca capacidade técnica dos membros dos CCD; • Verificamos a politização dos CCD, através da realização de encontros em instalações partidárias; • Nalguns distritos os membros do CCD foram apontados pelos Administradores; 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os membros dos CCD em matéria de planificação e monitoria de projectos; • Revitalizar os CCD, introduzindo membros eleitos nas comunidades; • Aprovar o Estatuto Orgânico da ETD; • Considerar a possibilidade de garantir transporte, refeições e alojamento aos participantes das sessões dos conselhos consultivos.

<p>Descentralização 3. Assuntos Relacionados com o OIIL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta clareza sobre os procedimentos para o uso dos fundos do OIIL, os beneficiários dos fundos, a monitoria dos projectos e o reembolso dos fundos; • Foram criadas associações para aceder os fundos do OIIL e depois desapareceram; • Os distritos cobram taxas de juro muito baixas, o que pode retrainir o sector financeiro nos distritos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um guião que explique claramente os mecanismos necessários para o uso do dinheiro do OIIL; • Rever os critérios de selecção dos beneficiários; • Rever os mecanismos de gestão de crédito to OIIL;
<p>Participação da Sociedade Civil ao Nível da Província</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns da Sociedade Civil queixa-se de falta de meios para o seu funcionamento; • Tem havido adiamentos sucessivos dos Observatórios de Desenvolvimento; 	
<p>O papel do sector Financeiro no Desenvolvimento Económico Local</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O sector financeiro pratica taxas de juro muito altas para a capacidade das pequenas e media empresas que caracterizam o distrito; 	
<p>Outras constatações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os funcionários ao nível do distrito beneficiam de poucos ou nenhuns projecto de combate ao HIV/SIDA e dizem ser difícil aceder aos fundos do CNCS para as suas actividades. 	

Anexo I – Visita em Niassa

Ia Lista de Participantes

Nome	Instituição	Sector	Email	Subgrupo
Lotta Valtonen	Finlândia	EWG - Audit	lotta.valtonen@formin.fi	A
Anne Louise Grinsted	Banco Mundial	Descentralização	agrinsted@worldbank.org	B
Christine Pirenne	Holanda	EWG	christine.pirenne@minbuza.nl	B
Giacomo Grasso	Itália	BAG	giacomo.grasso@italcoop.org.mz	B
Lúcia Nhampossa	Itália	Descentralização	lucia.nhampossa@italcoop.org.mz	A
Tiago De Valladares	Comissão Europeia	Descentralização	Tiago.de-VALLADARES-PACHECO@ec.europa.eu	B
António Crespo Moreno	Comissão Europeia	Agricultura	Antonio.CRESPO-MORENO@ec.europa.eu	A
Abilio Gune	DNP-MPD	Descentralização	agune@mpd.gov.mz	A
Roberto Salomão	DNP-MPD	Descentralização	rsalomao@mpd.gov.mz	B
Paula Corda	DNP-MPD	Descentralização	pcorda@mpd.gov.mz	A
Romão Mutisse	DNAL-MAE	Descentralização	romaomutisse@yahoo.com.br	A
Titos Muiambo	DNO-MF	Descentralização	Titosmuiambo@yahoo.com.br	B

Ib Programa da Visita em Niassa

Data	Horas	Programa de Trabalho
Terça-feira 30/9/2008	12:25	Chegada da Missão a Cidade de Lichinga
		Encontro Com DPPF(todo grupo)
	14:00	Encontro com a DPPF-Órgão de Controlo Interno e ponto focal p/ e-SISTAFE (todo o grupo)
	15:30	Encontro com a Direcção provincial da Agricultura e Órgão de Controlo Interno (grupo A)
	16:30	Encontro com a Sociedade Civil G20 e ADEL (todo o grupo)
		Grupo A
		Grupo B
Quarta-feira 10-01-2008	05:00	Partida para distrito de Marrupa -trabalho no distrito (encontro com os membros do CCD, Administração e ETD)
		Pernoitar
		Grupo A
		Grupo B
Quinta -feira 10-02-2008		Partida de Marrupa para Lichinga com paragem em Majune para trabalho (encontros com os membros do CCD, Administração e ETD)
		Trabalho no distrito(encontro com CCD, Administração e ETD) e Município de Lichinga (encontro com Presidente do Município e Assembleia Municipal)
		Grupo (A +B)
Sexta -feira 10-03-2008	5:00	Partida de Lichinga ao Lago
	8:00	Trabalho no distrito do Lago: encontro com os membros do CCD, Administração e ETD (grupo A) e Município de Metangula: encontro com o Presidente do Município e com a Assembleia Municipal (grupo B)
Sabado	13:00	Regresso a Maputo

Anexo II – Visita em Cabo Delgado

IIa Listas de Participantes

Name	Agency	Sector	e-mail	SubGroups
Pontus Modéer	SIDA	Descentralização	pontus.modeer@foreign.ministry.se	A
Bridget Walker	Irlanda	EWG	Bridget.WalkerMuiambo@dfa.ie	C
Karin Metell	SIDA	EWG	karin.metell@foreign.ministry.se	B
Francesca Bruschi	Itália	Descentralização	francesca.bruschi@italcoop.org.mz	A
Salvador Forquilha	SDC	Descentralização	salvador.forquilha@sdc.net	C
Benilde Garrine	Irlanda	PAP-SEC	benilde.garrine@dfa.ie	A
Roswita Kreamser	Austria	EWG	Roswitha.Kremser@ada.gv.at	C
Anne Louise Grinsted	Banco Mundial	Descentralização	agrinsted@worldbank.org	B
Philip Johannensen	Cooperação Alemã	Descentralização	philipp.johannsen@gtz.de	A
Carolin Moje	Cooperação Alemã	Descentralização	carolin.moje@gtz.de	C
Charlotte Taylor	BTC	PAMS	charlotte.taylor@btctb.org	B
Christine Pirenne	Holanda	EWG	christine.pirenne@minbuza.nl	C
Sylvie Tabesse	Comissão Europeia	EWG	sylvie.tabesse@ec.europa.eu	B
Roberto Salomão	DNP-MPD	Descentralização	rsalomao@mpd.gov.mz	A
Custódia Paunde	DNO-MF	Descentralização	custodiapaunde@gmail.com	C
Paula Corda	DNP-MPD	Descentralização	pcorda@mpd.gov.mz	B
Orlanda Rafael	DNAL-MAE	Descentralização	orlandarafael@yahoo.com.br	A
Romão Mutisse	DNAL-MAE	Descentralização	romaomutisse@yahoo.com.br	B

I Ib Programa da Visita em Cabo Delgado

Todo Grupo	Data	horas	Programa/cronograma de trabalho		
Domingo	10-12-2008	13:10	Chegada a Cidade de PEMBA		
			Grupo A	Grupo B	Grupo C
Segunda-feira	13/10/2008	05:00	Partida para distrito de Chíure-trabalho no distrito (encontro com os membros do CCD e ETD) Pernoitar em Montepuez	Partida para o distrito de Mocimboa da Praia -trabalho no distrito (encontro com os membros do CCD, ETD, Presidente do Município e Assembleia Municipal) Pernoitar em Mocimboa da Praia	Partida para o distrito de Mueda -trabalho no distrito (encontro com os membros do CCD e ETD) Pernoitar em Mueda
			Grupo A	Grupo B	Grupo C
Terça-feira	14/10/2008	8:30	Trabalho no distrito de Montepuez (encontros com os membros do CCD e ETD) e regresso a Pemba	Trabalho no distrito de Macomia (encontro com os membros do CCD e ETD) e regresso a Pemba	Trabalho no distrito de Quissanga (encontro com os membros do CCD e ETD)
			Todo o grupo (A +B +C)		
Quarta-feira	15/10/2008	8:30	Trabalho no distrito de PEMBA (encontro com Presidente do Município e Assembleia Municipal)		
Quinta-feira	16/10/2008	8:30	Encontro de cortesia com Governo Provincial		
		9:30	Encontro com a Direcção provincial da Agricultura Órgão de Controlo Interno		
		10:30	Encontro com a Direcção provincial da EDUCACAO- Órgão de Controlo Interno		
		14:00	Encontro com a Direcção provincial da SAUDE- Órgão de Controlo Interno		
		15:00	Encontro com a DPPF- e-SISTAFE		
		16:00	Encontro com a Sociedade Civil G20 e ADEL		
Sexta-feira	17/10/2008		Regresso a Maputo		

